

**SABERES POPULARES E PROGRESSO: REFLEXÕES SOBRE  
COMUNIDADES TRADICIONAIS**

*POPULAR KNOWLEDGE AND PROGRESS: REFLECTIONS ON  
TRADITIONAL COMMUNITIES*

**Geraldo Magela Matos<sup>1</sup>**  
**Ricardo dos Santos Silva<sup>2</sup>**  
**Maria da Luz Alves Ferreira<sup>3</sup>**  
**Priscila Raposo Silva<sup>4</sup>**  
**Sarah Duarte Matos<sup>5</sup>**

<sup>1</sup> **Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri/UFVJM**

geraldo.matos@ifnmg.edu.br

<sup>2</sup> **Instituto Federal do Norte de Minas Gerais/IFNMG**

ricardo.silva@ifnmg.edu.br

<sup>3,4</sup> **Universidade Estadual de Montes Claros/UNIMONTES**

mariadaluz@oi.com.br; priscilaraposonery@gmail.com

<sup>5</sup> **Universidade Norte do Paraná/UNOPAR**

sadurt@gmail.com

**RESUMO**

O processo de expansão capitalista ocasiona um confronto entre o tradicional e o moderno, historicamente entendidos como polos isolados em disputa. Há uma valorização da ciência em detrimento do saber relacionado ao senso comum. O presente estudo apresenta uma breve reflexão sobre esta relação, não como saberes em disputa, mas como formas de construção do conhecimento que se complementam. Esta reflexão apresenta como objeto o processo de expansão capitalista no Norte de Minas Gerais, citando o caso da mineração no início do séc. XXI, cujas características delineiam um embate entre os saberes populares e o “progresso” (baseado no conhecimento científico). Em termos metodológicos, foi realizada uma pesquisa bibliográfica relacionada à temática em foco. Percebeu-se como os saberes (científico e tradicional) não estão desconectados e como o conhecimento tradicional é fundamental para o modo de vida da comunidade, embora desvalorizado frente à ciência.

**Palavras-chave:** Saberes tradicionais; Conhecimento científico; Progresso.

**ABSTRACT**

The process of capitalist expansion brings a confrontation between the traditional and the modern, historically understood as isolated poles in dispute. There is a valuation of science to the detriment of knowledge related to common sense. The present study presents a brief reflection on this relationship, not as knowledge in dispute, but as forms of knowledge construction that complement each other. This reflection presents as object the process of capitalist expansion in the North of Minas Gerais, citing the case of the mining in the beginning of the century. XXI, whose characteristics outline a clash between popular knowledge and "progress" (based on scientific knowledge). In methodological terms, a bibliographical research was done related to the thematic in focus. It has been realized how (scientific and traditional) knowledge is not

disconnected and how traditional knowledge is fundamental to the community's way of life, although devalued in the face of science.

**Keywords:** Traditional knowledge; Scientific knowledge; Progress.

## **INTRODUÇÃO**

A história da humanidade deixa clara a postura do ser humano frente às adversidades, notadamente a busca de recursos para o tratamento e prevenção de doenças, adequações aos tipos de solos e climas, respostas aos percalços impostos pela natureza, o que resultou no acúmulo de saberes derivados das experiências adquiridas. Esses saberes são mobilizados para melhorar a sobrevivência dos indivíduos e/ou dos grupos sociais. Isso é percebido, por exemplo, nas crenças e hábitos das pessoas com mais experiências de vida, cujas visões de mundo e condutas expressam os saberes tradicionais. Trata-se de práticas que remetem à antiguidade e que se confundem com a história de povos de diversas partes do mundo, por exemplo, o acúmulo de conhecimentos sobre o uso e manejo adequado dos solos no oriente (LEPSCH, 2010).

A partir do século XX, com o advento de algumas “revoluções”, foram verificadas intensas mudanças no modo de vida das pessoas, novos questionamentos surgiram, especialmente no tocante à noção de “progresso” e as reações do indivíduo frente ao novo. Situação que pode ser percebida atualmente em algumas comunidades mais afastadas dos grandes centros urbanos, que estão passando por processos de transformações resultantes da expansão do capital, em alguns casos, por meio de grandes projetos de exploração mineral.

A riqueza das práticas tradicionais existentes no Brasil, evidentes na diversidade geográfica, cultural e religiosa, demonstra o misto de ideias relacionadas a crenças e formas de buscar alternativas para a sobrevivência. As tradições culturais associadas aos diversos segmentos sociais, atreladas aos modos de vida das populações, são desconsideradas frente ao potencial de mercado dos recursos naturais, explorados através de novas tecnologias, que revolucionam as formas de utilização desses recursos, impactando o ser humano como um todo (objetivamente e subjetivamente), alterando o seu relacionamento com a natureza.

Cabe salientar que os saberes tradicionais estão intimamente relacionados ao mundo físico – à materialidade –, mas também, à forma mística do ser humano em tentar solucionar os problemas com práticas que envolvem crenças, modos de pensar, concebidos pela vivência e necessidade de sobrevivência do ser humano.

A problemática abordada assenta na nova e emergente concepção de progresso que remete a analogia presente entre a eficácia do saber científico/tecnológico e as atividades desenvolvidas pelas empresas de mineração, tanto nacionais quanto multinacionais. As ações baseadas em preceitos científicos e eficiência tecnológica difundem novas noções de produtividade, trabalho, eficiência, sustentabilidade, desenvolvimento e qualidade de vida para as pessoas, obliterando os saberes tradicionais.

Propõe-se neste trabalho uma perspectiva crítica à forma de expansão do capital – por meio da mineração – que desestrutura os modos de vida local, estruturantes dos territórios tradicionais da região. Leva-se em consideração a realidade vivida pela comunidade, cujos membros, devido ao processo de expropriação de suas terras, tornam-se a força de trabalho/mercadoria trabalho, subordinados à lógica da produção capitalista e às visões de mundo que lhes são próprias – as populações são afetadas em sua materialidade e subjetividade.

Destarte, trata-se de uma reflexão sobre a valorização do saber/cultura local e da sua integração ao saber científico existente, uma verdadeira dinamização que integre profissionais e comunidades tradicionais como sujeitos transformadores da realidade, que atuem de forma conjunta para mitigar as externalidades negativas da expansão da mineração. É necessário integrar as dimensões do “cuidado”, favorecer e manter o desenvolvimento interior e a harmonização do ser humano, ampliando sua integração com a realidade vivida preservando as características das gerações passadas, atendendo de forma digna, eficaz e significativa, as necessidades básicas das comunidades, possibilitando melhorias na qualidade de vida de suas populações em face aos dilemas do progresso.

O conhecimento científico não se sobrepõe ao conhecimento popular, de acordo com a situação supramencionada, devem ser considerados como saberes aliados na melhoria das condições de vida da população, resultando na manutenção e aprimoramento das técnicas tradicionais.

### **BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE TERRITÓRIO, PROGRESSO E SABERES TRADICIONAIS.**

A noção de território permeia a nossa discussão sobre o “progresso” em comunidades tradicionais. Em termos físicos, o território pode se referir simplesmente a uma “grande extensão de terras” (SOUZA, 2013). Porém, para além de uma porção de terra, o território está relacionado com as relações de poder estabelecidas no espaço. Esse espaço é alvo de disputas entre comunidades tradicionais e empresas que tem interesse de realizar grandes investimentos na mesma área, o que resulta em uma disputa pela utilização dos recursos existentes.

A partir do exercício de relações de poder e a projeção dessas relações no espaço, Little (2002) analisa o conceito de territorialidade, aplicado a comunidades tradicionais, partindo da leitura antropológica e recorrendo a interpelações etnográficas para compreender as singularidades da grande diversidade de territórios. No intuito de entender a relação particular que um grupo social mantém com seu respectivo território, Little (2002, p.04) utilizou-se da Cosmografia:

É definido como os saberes ambientais, ideologias, e identidades que um grupo social utiliza para estabelecer e manter seu território (regime de propriedade, vínculos afetivos, história de ocupação guardada na memória coletiva, o uso social que dá ao território e as formas de defesa dele).

Os costumes são necessários em provimentos de meios, para dar continuidade ao bem estar da biocenose, mantendo assim, as condições de saúde necessárias à sobrevivência dos seus moradores. A prática de recorrer aos métodos populares e alternativos fazia parte do cotidiano das pessoas. Cotidiano que não se tornava rotina, mas se inovava a cada situação adversa com a qual a comunidade se deparava. Isto fica bem explicado de acordo com Oliveira (2011, p.03).

Que marcas da sabedoria popular, das mezinhas e benzeduras, dos conhecimentos não legitimados cientificamente faziam parte desse lugar praticado, chamado cotidiano - cotidiano este que, longe de configurar uma rotina, significa inventividade, mudanças, rupturas, possibilidade de novos modos de ser e estar, de ter e viver, de criação de redes socioculturais?

As intervenções dos empreendimentos nos territórios dos povos tradicionais resultam no distanciamento das pessoas em relação aos saberes tradicionais  
Revista Desenvolvimento Social Nº 22/01, 2017. (ISSN 2179-6807)

historicamente desenvolvidos e em conformidade com a natureza. A ideia de progresso que passa a vigorar nas comunidades se expressa como momento necessário para o desenvolvimento (especialmente, no discurso do poder público e das empresas), provocando divergências diante do sistema capitalista. O progresso é constituído por meio de trocas, ancoradas em uma espécie de costume social, que apresentam um formato específico e adequado ao processo de acumulação capitalista, a base de funcionamento do capitalismo busca expandir o capital, obtida na produção de mercadorias cujo valor de troca sobrepõe o despendido na produção (MARX, 1996). Nesses termos, todo o conhecimento adquirido pelo corpo social poderá ser dilacerado diante da ideia de mercantilização imposta pelo capital.

O conhecimento é adquirido de modo gradativo/cumulativo, baseando-se nas pequenas experiências até atingir um nível mais elevado. Neste sentido, o conhecimento pode ser considerado uma mistura de costumes adquiridos ao longo do tempo, com as vivências dentro da sociedade ou comunidades. Este conhecimento é objeto de pesquisadores, como um ponto de partida para o conhecimento científico. Porém, o desenvolvimento do saber científico tende a sufocar o conhecimento adquirido através do senso comum, quando na verdade um completa o outro. Nesses termos, Santos (2008, p.16) faz o seguinte questionamento:

O progresso das ciências e das artes contribuirá para purificar ou para corromper os nossos costumes? (...) há alguma relação entre a ciência e a virtude? Há alguma razão de peso para substituímos o conhecimento vulgar que temos da natureza e da vida e que partilhamos com os homens e mulheres da nossa sociedade pelo conhecimento científico produzido por poucos e inacessível à maioria? Contribuirá a ciência para diminuir o fosso crescente na nossa sociedade entre o que se é e o que se aparenta ser, o saber dizer e o fazer, entre a teoria e a prática? (SANTOS, 2008, p.16).

Esses questionamentos nos chamam a atenção para as pesquisas superficiais, que nos leva a entender que o fazer ciência é algo que surge por meio do “simples”, ou seja, o que pode ser considerado conhecimento empírico e que é reelaborado por pesquisadores. Sendo assim, há de se pensar que tanto o conhecimento empírico quanto o científico possuem suas particularidades e precisam ser pensados juntos.

Alves (1981) relata sobre a expressão senso comum do seguinte modo:

Ela não foi inventada pelas pessoas de senso comum. Creio que elas nunca se preocuparam em se definir. Um negro, em sua pátria de origem, não se definiria como pessoa “de cor”. Evidentemente. Esta expressão foi criada para os negros pelos brancos. Da mesma forma a expressão “senso comum” foi criada por pessoas que se julgam acima do senso comum, como uma forma de se diferenciarem das pessoas que, segundo seu critério, são intelectualmente inferiores. Quando um cientista se refere ao senso comum, ele está, obviamente, pensando nas pessoas que não passaram por um treinamento científico (ALVES, 1981, p.09).

O autor considera ainda que, "a aprendizagem da ciência é um processo de *desenvolvimento progressivo do senso comum*. Só podemos ensinar e aprender partindo do senso comum de que o aprendiz dispõe" (ALVES, 1981, p.09). Neste ponto de vista pode-se inferir que as práticas e métodos utilizados nas comunidades quilombolas, indígenas, gerazeiras, tradicionais, surgiram por intermédio de seus antepassados e foram conservados entre gerações. Essa passagem de geração a geração dentro das comunidades representa um legado, o qual, os pesquisadores dão o nome de senso comum, residindo à ideia do imutável.

Os conhecimentos que as comunidades tradicionais possuem foram transmitidos por meio de processos educativos, de ferramentas, materiais e técnicas tradicionais de execução, uma vez que uma geração deixa o que aprendeu a outra. É importante aprofundar o conhecimento sobre a operacionalização, os rituais, os mitos e crenças das pessoas para se estabelecer uma referência, a partir da qual se possam definir novos critérios de compatibilidade para o desenvolvimento do conhecimento científico.

É necessário ter uma ligação entre o conhecimento científico com o conhecimento tradicional. Cardoso (2012, p.18) traz uma contribuição quando descreve que

O saber se entrelaça e faz parte de um grande emaranhado com o afetivo, o social, o cultural, o histórico e o político, possibilitando uma identidade própria preservada pela perpetuação de seus costumes e de suas tradições, ao longo dos séculos, pelos mais velhos aos mais novos. Os saberes estão relacionados também com a concepção de vida, sociedade e relações humanas. Nessas relações está a educação que não se faz apenas nos espaços escolares, mas acontece nos processos de trabalho, de organizações políticas e culturais.

Foucault (2014) discute do ponto de vista econômico e político as relações de dominação que atuam a partir de um conjunto de técnicas pelas quais os sistemas de poder vão provocar a formação de indivíduos singulares, condicionando o homem a ser útil e dócil. A forma de exercício do poder mantém a exploração capitalista. Nesse sentido, o poder é aquele que gera o saber formado pelo conjunto de conhecimentos e crenças que caracteriza uma verdade, criando uma relação dependente de causa e consequência. O indivíduo que detém o poder é aquele que possui o conhecimento, habilidade e a capacidade de impor sua vontade e ideias sobre outros.

O saber científico segundo Laclau (1998) é o conhecimento essencial alcançado a partir de instrumento de análise que busca dar nitidez aos processos circunstanciais de constituição do social, é produzido pela ciência expresso pelo discurso sobre a natureza que se encontra em disputa com outras tantas formações discursivas possíveis.

Nesse sentido, podemos verificar, por exemplo, que entre os séculos XIX e início do século XX, em um contexto de intensas transformações sociais, resultantes do advento da “Segunda Revolução Industrial”, houve a necessidade de realizar mudanças ideológicas e sociais no âmbito da saúde pública e reformular os conceitos de saúde e doença. Assim, surgiram as Conferências Sanitárias Pan-Americanas (1902-1958) e posteriormente as Organizações Pan-Americanas da Saúde. Nas convenções, líderes discutiram as formas de erradicação de doenças ambientais como a febre amarela, a dengue e pestes que assolavam a população naquela época. Destacou-se, também, a questão da higienização que emergiu a partir do descobrimento de vermes e micróbios associados ao surgimento de enfermidades nos indivíduos (AROUCA, 1975).

Uma formação discursiva baseada em conhecimentos tradicionais, a partir da qual estabelecemos um paralelo com a perspectiva de Oliveira (2011), é encontrada em comunidades do Cangaço, no Nordeste do Brasil, fundada em práticas de medicina alternativa, crenças e busca de curas por intermédio dos saberes populares – mesmo sem a observação de diversas regras de higienização. Apesar disto, essas práticas evitavam que muitos membros da comunidade morressem. Isto demonstra que a comunidade possui meios para garantir a sua sobrevivência onde não há médicos e nenhum outro profissional da saúde com saber científico para socorrê-los em suas necessidades, tanto as urgentes quanto as corriqueiras. A crença da comunidade é tão forte que, para eles, se um membro morresse, mesmo com os "medicamentos" aplicados por pessoas da

comunidade, acreditavam que fosse a vontade da divindade. Assim, eles fazem o uso das plantas medicinais e se valem dos rituais com toda a convicção.

Segundo Arouca (1975), a medicina social disseminada durante as conferências sanitárias daquele século passou a ver o indivíduo não mais como objeto, compreendido como máquina, e sim como sujeito susceptível a contrair enfermidades, tanto as laborais quanto as provenientes do ambiente. O homem urbano passou a ter novas formas de tratar a doença com base nas pesquisas científicas dos profissionais de saúde daquela época.

Essas transformações relativas aos saberes, inclusive por meio do processo de aculturação, ou seja, do contato entre culturas diferentes (tradicional x moderno) que ocasiona alterações dramáticas nas formas de sociabilidade das comunidades – o caso dos povos indígenas brasileiros expressa o quanto pode ser catastrófico o contato entre culturas (LARAIA, 2009). A troca de padrões culturais via expansão capitalista e, conseqüente, da visão de mundo que lhe é subjacente, embora pareça menos radical, contribui para obliterar as práticas que compõem diferentes formas de territorialidade dos povos tradicionais.

Destarte, com as inovações e os avanços tecnológicos, a diminuição das fronteiras e ao mesmo tempo aumento da influência do sistema capitalista através das grandes empresas, a criação de mecanismos para facilitar a aproximação das pessoas e as mercadorias, provocou a retirada ou alteração das formas de territorialidade específicas das populações que ocupam os espaços geográficos, principalmente no meio rural. Milton Santos afirma o quanto a informação e o capital/dinheiro são responsáveis pela influência das grandes corporações empresariais no meio social.

A tirania de informações e do dinheiro, são apresentadas como os pilares de uma situação em que o progresso técnico é aproveitado por um pequeno número de atores globais em seu benefício exclusivo. O resultado é o aprofundamento da competitividade, a produção de novos totalitarismos, a confusão dos espíritos e o empobrecimento crescente das massas, enquanto os Estados se tornam incapazes de regular a vida coletiva. É uma situação insustentável. (SANTOS, 2001, p. 101).

Dessa maneira, o meio ambiente é visto como objeto de debate e conflito, não apenas como objeto de cooperação, já que é abarcado por sentidos socioculturais e interesses diferenciados. Trata-se de um espaço comum de recursos, mas, em contrapartida, é exposto a distintos projetos, interesses, atividades, formas de apropriação, etc. (ACSELRAD, 2004).

É importante reiterar que muitas comunidades existentes no Brasil sentem-se ameaçadas pela perda de sua identidade cultural e da privação de seus direitos conquistados ao longo de anos. Em nome da ciência e do progresso, há a desvalorização de diversas práticas como, por exemplo, a cura de doenças a partir de saberes do senso comum, adquiridos ao longo de gerações em comunidades tradicionais.

Pode-se verificar que os costumes prezados pelas comunidades são de grande importância para os membros destas populações, uma vez que muitas doenças são prevenidas, enfermidades são curadas e mortes são evitadas. Dentro desta perspectiva, destaca-se, por exemplo, a atuação das parteiras dentro das comunidades, nas quais os médicos ou enfermeiros não se fazem presentes. O trabalho destas "profissionais" é muito valorizado, pois, segundo Oliveira (2011), quando a mulher dava a luz sem o acompanhamento de uma parteira, raramente a mãe e a criança permaneciam vivas.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Grandes empreendimentos produtivos geram expectativas econômicas e amplas discussões entre as instituições públicas, privadas, acadêmicas e sociedade em geral, acerca das possíveis mudanças culturais, sociais e das transformações parciais ou totais dos arranjos produtivos e econômicos na região. Essas mudanças são passíveis de análises sobre o reflexo das ações implementadas, já que verifica-se opiniões favoráveis e desfavoráveis ao desenvolvimento das atividades de exploração mineral.

O quadro de intensas transformações adaptações são necessárias ao “novo” arranjo produtivo local, especialmente das mudanças econômicas estabelecidas em nível regional, impostas pela lógica produtiva capitalista, suscita várias discussões sobre o desenvolvimento local. O histórico de relações sociais no Norte de Minas Gerais, denota a prevalência das concepções convenientes aos grupos que estão no poder, “impondo” suas ideias e valores sobre a maioria.

Percebe-se a preocupação que as comunidades tradicionais sofrem com os problemas e conflitos gerados pela mineração. Sendo um órgão de classe, que luta pelos direitos dos pequenos produtores, a instituição entende que a chegada da indústria minerária pode gerar sérios problemas para a vida dos moradores caso o modelo de desenvolvimento proposto pelas empresas e pelo estado seja implementado – cabe salientar que há contestação aos projetos de mineração por parte de alguns agentes políticos. A articulação entre capital e estado tem gerado inquietações nas populações atingidas (e nas que serão alcançadas) pela mineração.

## **AGRADECIMENTOS**

Os autores agradecem à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG), pelo apoio financeiro.

## **REFERÊNCIAS:**

ACSELRAD, Henri. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: \_\_\_\_\_. (Org.). **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004, p. 13-35.

ALVES, Rubem. **Filosofia da ciência**: introdução ao jogo e suas regras. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

AROUCA, Antônio Sérgio da Silva. **O dilema preventivista**: contribuição para a compreensão e crítica da medicina preventiva. Tese de Doutorado apresentada à Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas/SP, 1975.

CARDOSO, Maria Barbara da Costa. **Saberes ribeirinhos quilombolas e sua relação com a educação de jovens e adultos da comunidade de São João do Médio Itacuruçá, Abaetetuba/PA**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Pará. Belém/PA, 2012.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 28ª ed. São Paulo: Paz & Terra, 2014.

LACLAU, Ernesto. Desconstrução, pragmatismo, hegemonia. In: MOUFFLE, Chantal. (Ed.). **Desconstrucción y pragmatismo**. Buenos Aires: Paidós, 1998. 97-136 p.

Revista Desenvolvimento Social Nº 22/01, 2017. (ISSN 2179-6807)

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura**: Um conceito antropológico. 24<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2009.

LEPSCH, Igo F. **Formação e conservação dos solos**. 2<sup>a</sup> ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2010.

LITTLE, Paul E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil**: por uma antropologia da territorialidade. Brasília, 2002.

MARX, Karl. **O capital, crítica da economia política**. São Paulo, V. 1, 1996.

OLIVEIRA, Iranilson Buriti de. Artes de curar e modos de viver na geografia do cangaço. **História, Ciências, Saúde** – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.18, n.3, jul.-set. 2011, p.745-755.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. 5<sup>a</sup> ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. 1<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

**Recebido para publicação em 23 de outubro 2017**  
**Aceito para publicação em 30 de dezembro de 2017**